

A Educação Profissional no início do século XX e a influência americana no ensino industrial brasileiro

ARTIGO

1

Cléia Maria Alvesⁱ

Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, Currais Novos, RN, Brasil

Luiz Antonio da Silva dos Santosⁱⁱ

Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, Currais Novos, RN, Brasil

Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavaresⁱⁱⁱ

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

Fábio Alexandre Araújo dos Santos^{iv}

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

Resumo

Este artigo baseia-se numa pesquisa bibliográfica que objetiva discutir acerca da influência do americanismo na constituição do Ensino Industrial no Brasil, enquanto o país avançava rumo à industrialização. Dessa forma, evidenciamos alguns aspectos que remetem à conjuntura da Educação Profissional no início do século XX, bem como às relações que se estabeleciam com a industrialização e as mudanças no âmbito internacional, dentre elas, a política externa dos Estados Unidos na América Latina e no Brasil, como forma de ampliar e difundir a ideologia *American Way of life* e o contexto pós-guerra que resultou no programa de cooperação educacional entre Brasil e Estados Unidos, na década de 1940. A partir da revisão, compreendemos que a Comissão Brasileiro-Americana (CBAI) atuou como principal mecanismo ideológico do americanismo, através da difusão de métodos e de práticas a despeito da formação para o trabalho no âmbito do Ensino Industrial no Brasil.

Palavras-chave: Educação Profissional; Industrialização; Ensino Industrial; Americanismo

Professional Education in the early twentieth century and the American influence on Brazilian industrial education

Abstract

This article is based on a bibliographic research in order to discuss the influence of Americanism in the constitution of Industrial Education, while the country was moving towards industrialization. Thus, we highlight some aspects that refer to the conjuncture of Professional Education at the beginning of the 20th century, as well as the relations that were established with industrialization and changes at the

international level, inter alia, the foreign policy of the United States in Latin America and in Brazil, as a way of expanding and spreading the American *Way of life* ideology and the post-war context that resulted in the educational cooperation program between Brazil and the United States in the 1940s. From the literature review, we understand that the Commission Brazilian-American (CBAI), acted as the main ideological mechanism of Americanism, through the diffusion of methods and practices with regard to training for work within the scope of Industrial Education in Brazil.

Keywords: Professional Education; Industrialization; Industrial Education; Americanism.

1 Introdução

Este estudo propõe-se a discutir o contexto da Educação Profissional no Brasil no início do século XX, e apresentar aspectos que contribuem para uma maior compreensão da influência estadunidense na educação profissional, ao passo que o país se encontrava em processo de industrialização.

Dessa forma, apresentamos aspectos da conjuntura econômica, política e social no início do século XX, bem como as relações que se estabeleciam entre o Brasil e os Estados Unidos e suas reverberações no desenvolvimento da Educação Profissional brasileira.

Nessa perspectiva, o ensino industrial apresenta-se, assim, como um formato de educação que mantinha uma estreita relação com o progresso e com o desenvolvimento da nação brasileira ancorado na ideologia americana.

Diante disso, a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), apresentava-se como o principal mecanismo de difusão da ideologia americana no campo da Educação Profissional entre as décadas de 1940 e 1950. A CBAI, contava com uma série de materiais, dentre eles, os Boletins e registros diversos que vão desde a Legislação federal de ensino, cultura técnica, intercâmbios culturais, administração escolar, notícias do Ministério e notícias das escolas técnicas da rede federal (CUNHA; FALCÃO, 2009).

Este estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, a qual visa a discutir e compreender a conjuntura da Educação Profissional no início do século XX no Brasil,

destacando a influência da ideologia americana no Ensino Industrial a partir da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI).

Assim, o estudo dialoga com autores que discorrem sobre a Educação Profissional, como Cunha (2005), Falcão e Cunha (2009), Fonseca (1961), Amorim (2007), entre outros que apresentam, significativamente, várias questões pertinentes para entender o contexto da educação profissional brasileira no período referenciado e que utilizaram os boletins da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), como fonte de investigação científica.

2 Contexto histórico da Educação Profissional no início do século XX

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil passou por grandes transformações políticas, sociais e econômicas, tendo em vista o fim da escravidão, o crescimento populacional urbano e o avanço da industrialização provocado pela expansão da economia cafeeira. As inovações da indústria e a ampliação dos serviços de infraestrutura urbana exigiam cada vez mais um trabalhador qualificado e com instruções para o exercício de funções e atribuições segundo os padrões industriais.

Desse modo, o processo de industrialização e urbanização, nas primeiras décadas do século XX, bem como os ideais de modernização e desenvolvimento nas décadas seguintes, tiveram repercussões na educação brasileira.

Esse novo cenário de industrialização estava articulado a uma nova concepção de trabalho enquanto elemento que formaria a riqueza do país. Com isso, era necessário um projeto de educação que atendesse aos interesses das indústrias nascentes.

Cunha (2000) evidencia que, no início do século XX, a orientação econômica vigente era o industrialismo, evidenciado por um surto industrial pelo qual passava o país, tendo como consequência, greves de operários numerosas e articuladas, lideradas pelas correntes anarco-sindicalistas. “Neste contexto, o ensino profissional foi visto pelas classes dirigentes como um antídoto contra a “inoculação de idéias exóticas” no

proletariado brasileiro pelos imigrantes estrangeiros, que constituíam boa parte do operariado” (CUNHA, 2000, p. 94).

Para Fonseca (1961), as classes dirigentes acreditavam que os imigrantes que chegavam ao Brasil poderiam contribuir com ideias anarquistas e, assim, influenciar os operários brasileiros a lutarem contra a exploração dos empregados pelos patrões. Assim, “o ensino profissional era entendido pelos industrialistas como um poderoso instrumento para solução da questão social” (CUNHA, 2000, p. 94).

Nesse contexto de transformações nos níveis sociais, políticos e econômicos, o presidente Nilo Peçanha, por meio do Decreto n. 7566, de 23 de dezembro de 1909, estabeleceu a criação das primeiras Escolas de Aprendizes Artífices em diversos estados do país, destinadas ao ensino profissional primário gratuito.

A criação dessas escolas atendia aos anseios das ideologias conservadoras de educação, no que diz respeito à manutenção da ordem e à formação de cidadãos úteis à nação. Assim sendo, na concepção de Cunha (2000, p. 94), “era necessário conceder aos desfavorecidos da fortuna, um preparo técnico e intelectual, e fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, afastando-os da ociosidade, escola do vício e do crime”.

Dessa forma, contemplava-se a ideologia do industrialismo, que estava associada ao desenvolvimento das forças produtivas, à estabilização da economia e à função de elevar o Brasil ao nível das nações civilizadas, tais como os países da Europa e dos Estados Unidos. Ademais, estava articulada aos valores “de progresso, emancipação econômica, independência política, democracia e civilização” (CUNHA, 2005, p. 94).

Nessa conjuntura, a educação e o trabalho eram vistos como os principais mecanismos para aumentar a capacidade produtiva dos cidadãos, como também para elevar o país ao patamar das nações desenvolvidas e civilizadas. As Escolas de Aprendizes Artífices tinham no seu âmago a construção de uma sociedade para o trabalho, na qual os filhos das classes desfavorecidas recebiam instruções através de uma rígida disciplina. Assim, as elites acreditavam que educar para o trabalho, não só elevaria as condições das classes desfavorecidas, como também ocasionaria a promoção do progresso e o aumento da qualificação da força de trabalho (CUNHA, 2005).

Sobre o funcionamento dessas escolas, Fonseca (1961) expõe que estas mostraram pouca eficiência, devido à inadequação dos edifícios e à falta de ferramentas e de preparo conveniente para os professores e mestres no ensino profissional. Esses fatores foram decisivos para um alto número de evasão dos cursos em todos os estados do país. Porém, mesmo com os problemas relativos à pouca eficiência, as Escolas de Aprendizes Artífices davam início a uma nova aprendizagem de ofícios, que mais tarde resultariam em modernas escolas industriais e técnicas do Ministério da Educação.

A conjuntura dos anos 1930 trouxe importantes mudanças no cenário econômico nacional, aliadas aos processos produtivos e às medidas de restrição aos novos imigrantes. Esses fatores contribuíram para que o Estado e os industriais buscassem alternativas voltadas à ampliação de mão de obra qualificada para o setor industrial.

O avanço e o crescimento da industrialização, bem como as mudanças na estrutura do Estado brasileiro, tiveram suas reverberações na Educação Profissional do país, que resultaram em um campo de medidas e ações delineadas por um ideário político nacionalista que atendia aos interesses da burguesia industrial.

Antes, a Educação Profissional ofertada pelas Escolas de Aprendizes Artífices também era disponibilizada “aos desvalidos, órfãos e delinquentes, como forma de combate à ociosidade” (CUNHA, 2000, p. 94). Com o crescimento econômico ocasionado pelos ideais do industrialismo, o referido modelo educacional passa a ser destinado à formação de um novo trabalhador, com conhecimentos especializados e habilidades que atendessem às necessidades das indústrias.

Com o crescimento dos projetos de industrialização no país e a iminência da Segunda Guerra Mundial, no início do governo de Getúlio Vargas, havia uma preocupação dos industriais em preparar técnicos para atuar nas indústrias, uma vez que não existia mão de obra qualificada, ao passo que estavam em vigor novas medidas restritivas aos imigrantes. Sobre essa questão, Romanelli (2006) afirma:

[...] a época exigia uma redefinição da política de importação de pessoal técnico qualificado, como vinha acontecendo até então. A guerra estava funcionando como mecanismo de contenção da exportação de mão-de-obra dos países europeus para o Brasil. Até essa altura, não existira uma política adequada de formação de recursos humanos para a indústria, porque esta se vinha provendo de mão-de-obra especializada, mediante importação de técnicos. O período de guerra estava dificultando essa importação, do mesmo modo que dificultava a importação de produtos industrializados. Isso suscitava um duplo problema para o Estado: de um lado, ter de satisfazer as necessidades de consumo da população com produtos de fabricação nacional [...] o que significava ter de expandir o setor industrial brasileiro e, com isso, absorver mais mão-de-obra qualificada – e, de outro lado, já não poder contar com a importação desta, pelo menos no mesmo ritmo em que ela se processava (ROMANELLI, 2006, p. 155).

Destarte, os problemas relativos ao descontentamento com os trabalhadores estrangeiros e à conjuntura econômica decorrente da guerra, criaram condições favoráveis para a estruturação do ensino industrial, tendo em vista a necessidade de mão de obra qualificada para atender às demandas do setor industrial. Dessa forma, era fundamental um projeto educacional que possibilitasse a formação de “operários dóceis, saudáveis e produtivos, além de uma nova elite, capaz de comandar a sociedade dentro dos novos princípios da ordem burguesa” (PICHELLI, 1997, p. 6).

Assim, na década de 1940, o ensino profissional assume as características da indústria, através da criação de propostas para este ramo de ensino. Nesse contexto, foram criadas as Leis Orgânicas de ensino, a partir de diversos decretos-lei para o ensino industrial, agrário, comercial e secundário.

No tocante ao ensino industrial, foram criados a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que visava a uma nova organização para as escolas de formação profissional e, em seguida, o Decreto-lei n.º 4.048, de 22 de janeiro, que criava o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI), o qual funcionava como um complemento das escolas industriais e consistia numa formação mais rápida e aligeirada, objetivando atender aos interesses “do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e “dos industriais que, diante da perspectiva de assumir os custos da educação profissional, pleiteavam também o seu controle” (MEDEIROS NETA, 2020, p. 18).

A reforma no ensino industrial reflete as exigências desse campo e os interesses do Governo Vargas em desenvolver um projeto educacional que contribuísse para a

formação de mão de obra qualificada com vistas a atender as necessidades do setor industrial. Com a expansão acelerada do ensino industrial brasileiro, as escolas profissionais passaram por uma reorganização. Porém, o Brasil ainda era inexperiente nessa modalidade de ensino em larga escala. Nesse sentido, para a otimização da indústria e a capacitação de trabalhadores, o Ministério da Educação buscou referências internacionais de nações já desenvolvidas e com experiências.

É importante destacar que a organização do Ensino Industrial no Brasil foi pautada em concepções pedagógicas e ideológicas importadas de países da Europa e dos Estados Unidos. Porém, em um contexto em que o mundo vivenciava um cenário de guerra, com os Estados Unidos consolidando-se como potência, disseminando sua presença econômica nos países latino-americanos, a aproximação do Brasil com os estadunidenses resultou na importação de formas avançadas de produção e, concomitantemente, modelos educacionais e docentes para atuarem no ensino industrial brasileiro.

Dessa forma, a consolidação das referências americanas no ensino industrial brasileiro era decorrente de vários fatores: enquanto a Europa vivenciava um descredenciamento em termos econômicos, culturais ou educacionais, devido ao cenário de autodestruição da guerra, os Estados Unidos “se expandiam economicamente, se consolidavam como civilização industrial, ampliavam sua capacidade de difusão e apareciam aos olhos do mundo como modelo bem-sucedido de nação” (PEDROSA; SANTOS, 2014, p. 332)

Nesse cenário de mudanças marcado por disputas hegemônicas, a aproximação fortalecida do Brasil com os Estados Unidos, nos anos de 1943, com o realinhamento para a posição pró-Aliados, teve repercussões sobre a Educação Profissional que se reformava no país. Falcão e Cunha (2009) evidenciam que

[...] depois da tentativa frustrada de obter professores alemães, em 1936, e da contratação de professores suíços para as escolas industriais, em 1941/42, o Ministério da Educação voltou-se para os Estados Unidos como fonte de assistência técnica para esse importante ramo de ensino estratégico para a política industrialista do Estado Novo. (FALCÃO; CUNHA, 2009, p. 151)

Porém, é importante destacar que a presença estadunidense no ensino industrial brasileiro já se manifestava na década de 1930, em um contexto de expansão industrial e preocupação dos americanos em estabelecer a “Política da Boa Vizinhança”, que se constituía como um mecanismo de divulgação do projeto de americanização, cujo objetivo seria a adoção do “*American way of life*” na América e, especificamente, no Brasil, com a difusão dos seus valores, no que concerne aos aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais.

Nesse sentido, para se implantar o *American Way of life* na América Latina era fundamental a propagação das vantagens dos ideais do americanismo, a saber:

A ideologia do progressivismo, já que o representante estadunidense defende a necessidade de produção de bens manufaturados para o progresso econômico do Brasil, o que o tornaria um parceiro mais forte na luta contra a expansão do socialismo no continente. Nesse caso, também a ideologia tradicionalista, da defesa dos valores ocidentais, está presente. Por fim, o valor da democracia, aqui como expressão de uma soberania que o Brasil adquiriria através do desenvolvimento do setor industrial, que atingiria a todos sem exceção (AMORIM, 2007, p. 67).

Assim sendo, o Ensino Industrial brasileiro apresentava-se como um elemento difusor dos ideais do americanismo e um formato de educação que mantinha estreita relação com o progresso e com o desenvolvimento social como condições necessárias para a superação de um país atrasado.

No período da Segunda Guerra Mundial, as iniciativas dos Estados Unidos sobre a América Latina e, especificamente, sobre o Brasil ampliaram-se. Conforme mostra Amorim (2007), foram estabelecidos intercâmbios nos Estados Unidos para jovens de países latino-americanos, inclusive na área da indústria e na primeira Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas, na qual foi aprovada a Recomendação XV, intitulada Escolas de Ensino Industrial e Técnica. Nesse contexto, era ressaltada a importância da “formação de mão-de-obra especializada para as atividades de direção e execução do processo produtivo” (AMORIM, 2007, p. 157), requerendo, então, a ampliação das escolas técnicas, enfocando nas atividades práticas, sem prejudicar a formação cultural.

Para o crescimento das escolas técnicas, eram necessários investimentos, tanto na qualificação de operários, como financeiramente, para que pudessem ser aplicados neste ramo de ensino. Porém, em 1946, comprovou-se que o Brasil não disponibilizava de recursos financeiros para custear o ensino industrial. É nesse contexto que, segundo Bordignon (2018), o governo brasileiro e os setores interessados consentiram a interferência estadunidense nas políticas educacionais, por meio de acordos, cooperação, empréstimos, convênios e os mais diversos tipos de emenda.

Os primeiros acordos de cooperação para a educação técnica foram estabelecidos em 1946, que de acordo com Amorim (2007), firmou-se entre o “Ministério da Educação e Saúde e o *Inter-American Educational Foundation Inc.*, órgão subordinado a *The Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), cuja cláusula IV estabelecia a criação de uma comissão especial que teria como função a aplicação do programa de cooperação educacional entre os Estados Unidos e o Brasil” (AMORIM, 2007. p. 167). Nesse contexto, é criada a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), dirigida por um superintendente brasileiro e um representante dos EUA.

3 A comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial (CBAI) e a ideologia do americanismo

A CBAI constituía-se em um programa de cooperação firmado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, que tinha entre os seus objetivos a formação de docentes para atuar no Ensino Industrial e “aproximar os dois países por meio de intercâmbios de educadores, aplicação de métodos pedagógicos e orientação educacional” (FONSECA, 1961, p. 563).

Para o desenvolvimento de atividades e o estreitamento das relações entre os professores do ensino industrial nos dois países. Fonseca (1961, p. 564), evidencia que o Estados Unidos:

[...] forneceria um pequeno corpo de especialistas, que viriam colaborar com as autoridades brasileiras no estudo e pesquisas das necessidades do ensino industrial, assim como na melhor maneira de se fazer a concessão de meios que permitissem a administradores, educadores e técnicos brasileiros irem aos

Estados Unidos com o fim de estudar, proferir conferências, lecionar e permutar ideias com seus colegas americanos, e ainda quanto à forma de realizar o treinamento de professores, a aquisição de equipamento, preparação de material didático e de recursos auxiliares para o ensino, bem como a prestação de serviços para as bibliotecas das escolas.

Ainda conforme o autor, as ações empreendidas pela CBAI elencavam-se em doze pontos:

10

- 1) Desenvolvimento de um programa de treinamento e aperfeiçoamento de professores, instrutores e administradores;
- 2) Estudo e revisão do programa de ensino industrial;
- 3) Preparo e aquisição de material didático;
- 4) Ampliação dos serviços de bibliotecas; verificar a literatura técnica existente em espanhol e português; examinar a literatura técnica existente em inglês e providenciar sobre a aquisição e tradução das obras que interessarem ao nosso ensino industrial;
- 5) Determinar as necessidades do ensino industrial;
- 6) Aperfeiçoamento dos processos de organização e direção de oficinas;
- 7) Desenvolvimento de um programa de educação para prevenção de acidentes;
- 8) Aperfeiçoamento dos processos de administração e supervisão dos serviços centrais de administração escolar;
- 9) Aperfeiçoamento dos métodos de administração e supervisão das escolas;
- 10) Estudo dos critérios de registros de administradores e professores;
- 11) Seleção e orientação profissional e educacional dos alunos do ensino industrial;
- 12) Estudo das possibilidades do entrosamento das atividades de outros órgãos de educação industrial que não sejam administrados pelo Ministério da Educação, bem como a possibilidade de estabelecer outros programas de treinamento, tais como ensino para adultos, etc. (FONSECA, 1961, p. 565)

Para a efetivação das ações estabelecidas pelo acordo de cooperação educacional, os Estados Unidos empenharam-se no envio de especialistas para o ensino industrial brasileiro, como também na realização de cursos nos Estados Unidos para professores e técnicos. Ademais, comprometer-se-ia com a preparação de materiais didáticos e com a formação docente.

No que se refere aos locais de atuação da CBAI, vale destacar que as centrais da comissão estavam localizadas nas regiões Sul e Sudeste do país: a sede encontrava-se no Rio de Janeiro, no Ministério da Educação; a subsede em Curitiba, na Escola Técnica Federal do Paraná; e a outra subsede em São Paulo, junto à Secretaria Estadual do Trabalho, centro de difusão do método TWI (*Training Within Industry* ou “Treinamento dentro da indústria”) (FALCÃO; CUNHA, 2009).

No tocante às principais atividades da CBAI, Falcão e Cunha (2009) identificam que as ações da comissão estavam agrupadas em quatro itens, a saber: coordenação e difusão; cursos; publicações; pedagogia e ideologia.

O primeiro item, coordenação e difusão, estava relacionado às reuniões de diretores das escolas da rede federal de ensino industrial e às palestras, que incluíam, em suas pautas, questões pedagógicas e administrativas.

Em relação aos cursos, Falcão e Cunha (2009) apontam que este item estava relacionado à formação que os professores e diretores recebiam nos Estados Unidos. Após esse processo, os conhecimentos eram repassados por meio de treinamentos com brasileiros e americanos que haviam participado dos cursos. Depois de algum tempo, essa formação passou a ser ministrada no Brasil, mediante cursos de férias que tinham características artesanais e industriais, ambos concentrados na sede. Por outro lado, eram oferecidos cursos itinerantes em outras localidades que se destinavam ao treinamento de professores de oficinas em técnicas de ensino.

As publicações através dos boletins passaram a ser veiculadas mensalmente no ano de 1947 e caracterizavam-se como meios de divulgação dos conteúdos relacionados à ideologia da CBAI e à educação industrial no país. Os boletins constituíam-se em documentos organizados em periódicos que eram produzidos e distribuídos para os funcionários, especialmente para os professores e diretores das escolas industriais e, também, enviados para jornais de ampla circulação (CAMPOS; MEDEIROS NETA, 2020). Os editoriais contavam com a participação das elites nacionais e internacionais associadas, que publicavam conteúdos sobre cultura técnica, administração do ensino e pedagogia do ensino industrial.

A respeito da tessitura dos artigos publicados pelos Boletins, Bordignon (2018), afirma que alguns textos eram extraídos de outras publicações, tais como livros e revistas mensais mantidas por outras entidades e instituições ligadas ao mundo do trabalho e à formação do trabalhador. Assim, “os artigos selecionados eram da área da saúde, de médicos, higienistas, psicólogos, professores universitários brasileiros e norte-

americanos, técnicos, empresários e organizações para o mundo do trabalho” (BORDIGNON, 2018, p. 59).

Diante do exposto, podemos perceber que os Boletins eram delineados por propósitos e apresentavam uma intencionalidade, tendo em vista a difusão dos conteúdos e a atuação das agências e órgãos na constituição da ideologia do ensino industrial e os vínculos estabelecidos com o Estado brasileiro.

Sobre o último item (a pedagogia e a ideologia), Falcão e Cunha (2009) reconhecem alguns elementos da ideologia difundida pela CBAI, em sua dimensão mais explícita: o industrialismo, o americanismo e o desenvolvimentismo. Em relação ao modelo de ensino, a comissão divulgava os princípios da Escola Nova, baseando-se na difusão do método *TWI*, *Training Within Industry*, segundo os princípios do taylorismo.

O método *TWI Training Within Industry* ou treinamento dentro da indústria, foi iniciado em 1940, nos Estados Unidos, no contexto da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de aumentar a capacidade de produção. Esse método, segundo Fonseca (1961, p. 572), era

[...] destinado a habilitar mestres, ou supervisores industriais ou de um modo geral todos os que exercem função de comando, a substituírem noções errôneas relativas ao trabalho por atitudes mais metódicas e racionais, conseguindo, além disso, uma harmonia mais perfeita nas relações humanas que decorrem das próprias condições de trabalho, de maneira a obter uma eficiência maior dos homens, das máquinas e das ferramentas empregados nos serviços sob suas ordens.

Dessa forma, devido a sua eficiência e aumento da produtividade no trabalho, esse método foi adotado nas escolas profissionalizantes nos EUA e, posteriormente, em alguns países da Europa e em todas as nações do continente americano. No Brasil, o método foi implementado pela CBAI, em 1952, tendo em vista o crescimento industrial em larga escala e a necessidade pelo aumento da produtividade no país (FONSECA, 1961).

Para Falcão e Cunha (2009, p. 171), “a inauguração em 1952, do centro de operações em São Paulo, justamente no local de irradiação dessa nova onda industrialista, em articulação com a Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio” foi uma importante estratégia para a difusão do método *TWI*. A formação de supervisores ocorria no próprio

local de trabalho, na qual se ensinava aos operários incorporados à fábrica os princípios tayloristas, tendo o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), como principal vetor do método *Training Within Industry*, “já que não dava conta da preparação da força de trabalho pelo crescimento industrial dos anos 50 e mesmo dos anos 60” (FALCÃO; CUNHA, 2009, p. 171).

13

Nessa perspectiva, a CBAI teve um papel fundamental na difusão da formação da força do trabalho e no aumento da produtividade para atender às necessidades da indústria. Apesar do discurso humanista no que diz respeito à educação técnica e profissional, a comissão enfatizava a necessidade de formação de mão de obra para as indústrias, com o intuito de aumentar a produtividade e como elemento propulsor para o desenvolvimento e riqueza da nação (CIAVATTA, 2013).

No que se refere a esse modelo de formação no âmbito da Educação Profissional no Brasil, Ciavatta (2013) afirma que a comissão possibilitou um ambiente favorável à assimilação do americanismo, incorporando professores e industriais brasileiros ao seu projeto, assim como favorecendo a implantação de medidas técnico-educacionais atreladas aos interesses da indústria local que, naquele momento, caminhava rumo a uma progressiva associação com o capital internacional.

É válido ressaltar que a CBAI teve a sua atuação entre os anos de 1947 e 1962, quando então é extinta, transferindo suas atribuições ao Grupo de Trabalho de Expansão do Ensino Industrial (GEII). Durante seu período de atuação, a CBAI constituiu-se como órgão difusor da ideologia do americanismo, bem como se responsabilizou por uma formação ideológica imposta às escolas técnicas, pautada na produtividade e na divulgação dos métodos e procedimentos baseados na racionalização científica, visando ao desenvolvimento do capitalismo industrial.

4 Considerações Finais

Neste texto, tivemos por objetivo destacar o contexto socio-histórico do ensino industrial no Brasil a partir de um discurso alinhado às demandas do setor industrial. Dessa

forma, a preparação e qualificação de técnicos eram urgentes e necessárias, ao passo que o país rumava à crescente industrialização. Deve-se salientar que esses fatores eram primordiais para elevar o nível de desenvolvimento da nação.

Sob tal perspectiva, a Educação Profissional configurou-se como um dispositivo responsável pela preparação da força de trabalho ajustada às necessidades da indústria em expansão. Para isso, o Brasil buscou assistência técnica e financeira dos Estados Unidos, que auxiliariam no funcionamento e na organização do ensino industrial.

Assim, a CBAI surgiu com uma finalidade específica, a implementação de um novo projeto para o ensino industrial no Brasil, ligado aos interesses dos dirigentes brasileiros e internacionais, no caso dos Estados Unidos. A comissão corroborava com a difusão de um modelo de sociedade que deveria ser seguido, que se estendia à educação e ao trabalho nas indústrias. Nestes últimos aspectos, sua principal função, segundo Amorim (2007, p. 169), seria “a divulgação dos métodos e procedimentos baseados na racionalização científica como o percurso a ser percorrido na formação de professores para este ramo de ensino, e que posteriormente empregarão tais processos no trabalho docente”.

Desse modo, a CBAI portou-se como um mecanismo ideológico das elites industriais, que propagava os ideais do americanismo e industrialismo, tendo em vista a formação da força de trabalho, o aumento da produtividade e, conseqüentemente, a riqueza e o desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Mário Lopes. O surgimento da Comissão Brasileiro- americana de Educação Industrial (CBAI). **Revista de História da Educação**, Pelotas, n. 23, p. 149-171, Set/Dez 2007.

BORDIGNON, Talita Francieli. Revolução Burguesa e ensino profissional: o protagonismo da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (1946-1961). 2018. Tese (Doutorado)- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10370?show=full>. Acesso em: 28 maio 2023.

CAMPOS, Isis de Freitas; MEDEIROS NETA, Olívia Moraes. Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI): criação e atuação. In **European Academic Research**, v. III, Issue 4/ Jul 2020.

ClAVATTA, Maria. Trabalho docente e a produtividade: recuperando marcos fundadores. **Educação**, Santa Maria, V. 38, n.3, p. 495-506, Set./dez. 2013.

CUNHA, Luiz. Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. Brasília: UNESP, 2005.

CUNHA, Luiz. Antônio. O Ensino Industrial - Manufactureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. n.14, mai/jun/jul/ago, p. 89-193, 2000.

FALCÃO, Luciane Quintanilha; CUNHA, Luiz Antônio. Ideologia, política e educação: a CBAI (1946/1962). **Revista Contemporânea de Educação**, v. 4, n. 7, p. 149-176, 2009.

FONSECA, Celso Suckow. da. **História do Ensino Industrial no Brasil**. V. 1. Rio de Janeiro, RJ: ETN.1961.

MEDEIROS NETA, Olívia Morais de; ClAVATTA, Maria. **Fontes para a Educação Profissional**: Boletim da CBAI, João Pessoa: Editora Ideia, 2020.

PEDROSA, Geraldo José; Santos, Odair Glatson dos. Agentes do Ensino Industrial no Brasil (1920-30-40) e suas referências internacionais: Europeísmo e Americanismo. **Cadernos de História da Educação**. V.13, n.1- Jan./jun.2014.

PICHELI, Valdir. O IDORT enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil (1930-1944). 1997. 143f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253330>. Acesso em: 27 maio 2023.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**, Vozes, Rio de Janeiro, 2006.

ⁱ Cléia Maria Alves, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5233-4112>

Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte

Programa de Pós-graduação em Educação Profissional - ProfEPT/IFRN, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP)

Tem Graduação em História (Licenciatura e Bacharelado), pela UFRN e Licenciatura em Pedagogia (Anhuanguera). Mestra em Educação Profissional (ProfEPT). Professora de História pela Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Norte.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1763872835739108>

E-mail: cleiamary2009@hotmail.com

ⁱⁱ Luiz Antonio da Silva Dos Santos, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2556-3032>

Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP)

Pedagogo pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA); Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP); Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação

em Ensino (IFRN/UFERSA/UERN). Especialista em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância Programa de Pós-graduação (IFRN);
Contribuição de autoria: em que esse autor colaborou com o texto.
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0105804260500225>
E-mail: luizantonioantos@hotmail.com

iii **Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6857-7947>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional - Profep/IFRN, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP)
Doutora e Pós-doutora em Educação. Pedagoga e Jornalista. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Coordenadora Institucional do Programa Pibid/IFRN. Professora do PPGEP/IFRN.
Contribuição de autoria: em que esse autor colaborou com o texto.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5187018279016366>
E-mail: andrezza.tavares@ifrn.edu.br

iv **Fábio Alexandre Araújo dos Santos**, ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5902-8698>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional - Profep/IFRN, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP)
Doutor e Mestre em Educação. Pedagogo. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Professor do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional - Profep/IFRN.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8334261197856331>
E-mail: alexandre.araujo@ifrn.edu.br

Editora responsável: Lia Fialho

Especialista ad hoc: Luciana Lima Fernandes e Genifer Andrade

Como citar este artigo (ABNT):

ALVES, Cléia Maria; SANTOS, Luiz Antonio da Silva dos; NASCIMENTO, Andrezza Maria Batista do Tavares; SANTOS, Fábio Alexandre Araújo dos. A Educação Profissional no início do século XX e a influência americana no ensino industrial brasileiro. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 5, e10878, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v5.e10878>

Recebido em 19 de junho de 2023.

Aceito em 21 de outubro de 2023.

Publicado em 25 de outubro de 2023.